A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NA REDE DE SAÚDE DE MARINGÁ: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CUIDADO EM LIBERDADE NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Amanda Borin Rolim de Moura (PIC/UEM), Roselania Francisconi Borges (Orientadora) E-mail: rfborges@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências, Letras e Artes, Maringá, PR

Área e subárea do conhecimento: Psicologia/ Tratamento e prevenção psicológica.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica; Saúde Pública; Cuidados Psicossociais.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender a atuação de profissionais de psicologia na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Maringá-PR, considerando os desafios, as possibilidades na prática profissional, bem como as estratégias construídas frente às condições de trabalho e às exigências legais e institucionais. A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, realizada por meio de pesquisa de campo, com a utilização de entrevistas semiestruturadas com sete psicólogas(os) que atuam em diferentes serviços da rede municipal (Unidade Básica de Saúde, Consultório na Rua, Centro de Atenção Psicossocial II, III, AD e Infantojuvenil e Serviço de Emergência Psiquiátrica). A análise dos dados foi conduzida pela perspectiva da Análise de Conteúdo, enquanto modalidade temática, permitindo a codificação e a categorização do material empírico a partir da identificação de convergências e divergências nos relatos. Os resultados evidenciam que, embora existam avanços rumo à consolidação do modelo psicossocial e ao fortalecimento de vínculos por meio de tecnologias leves, o fazer profissional é severamente tensionado por lacunas na formação inicial, desarticulação intersetorial em uma rede percebida pelos entrevistados como "esburacada", pressões do sistema judiciário e expressiva precarização estrutural do trabalho. Tais condições demandam práticas constantes de improviso resultando em sobrecarga e adoecimento psíquico dos trabalhadores, frequentemente mitigados pelo uso de psicofármacos. Conclui-se que o cuidado em liberdade na RAPS exige não apenas o engajamento ético-político e a formação continuada dos profissionais, mas pressupõe transformações estruturais, suporte institucional contínuo e condições de trabalho que amparem também a saúde daqueles que realizam o cuidado cotidianamente.

INTRODUÇÃO

A inserção da Psicologia na saúde pública brasileira inscreve-se em um percurso histórico e político atravessado por transformações institucionais, disputas de saberes e reinvenções do fazer profissional. A criação do Sistema Único de Saúde

(SUS) e o avanço da Reforma Psiquiátrica brasileira propuseram a superação do modelo hospitalocêntrico, asilar e excludente, visando a consolidação de um cuidado territorializado e em liberdade (MACHADO, 2020). A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) surgiu como arranjo organizador para integrar os diversos pontos de atenção de maneira articulada e multiprofissional. No entanto, a consolidação da RAPS se dá sob a hegemonia da lógica biomédica, que frequentemente cinde as dimensões psíquica e social, desafiando o princípio da integralidade e exigindo que a prática psicológica desloque seus parâmetros clínicos tradicionais para uma dimensão coletiva e territorializada. Para compreender a complexidade dessas práticas na sua articulação com o contexto social, este estudo apoia-se na perspectiva sócio-histórica, a qual entende a subjetividade e as desigualdades sociais como construções histórico-culturais e coletivas. Diante disso, este trabalho buscou compreender a atuação de profissionais de psicologia na RAPS do município de Maringá-PR, considerando os desafios e possibilidades na prática diária, bem como as estratégias construídas frente às condições de trabalho e as exigências institucionais.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é de cunho exploratório e qualitativo, realizada por meio de pesquisa de campo com a utilização de entrevistas semiestruturadas com psicólogas(os) que atuam na rede de atenção psicossocial do município de Maringá-PR. A seleção dos participantes buscou contemplar a diversidade de pontos de atenção da rede, englobando sete profissionais (identificados pela letra P seguida do numeral de 1 a 7 para a garantia do sigilo) lotados nos seguintes dispositivos: Unidade Básica de Saúde, Consultório na Rua, Centro de Atenção Psicossocial II, III, AD II, Infantojuvenil e Serviço de Emergência Psiquiátrica. Os dados foram analisados segundo a proposta de Análise de Conteúdo, buscando compreender diferentes concepções presentes nos relatos. Essa trajetória metodológica incluiu a transcrição integral e a leitura das entrevistas, seguidas de uma exploração minuciosa do material visando a identificação e seleção de núcleos de sentido, seleção de excertos e unidades de registro. A partir da organização dessas unidades temáticas, foram delimitadas as categorias analíticas que fundamentaram a discussão, articuladas à literatura científica pertinente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do material empírico, mediante o exercício sistemático de categorização temática, permitiu identificar a complexidade da atuação das(os) psicólogas(os) na RAPS de Maringá-PR a partir da emergência de quatro eixos analíticos centrais: 1) Formação profissional; 2) Saberes e estratégias relacionais no trabalho em rede; 3) Desafios estruturais, micropolíticos e precarização do trabalho; e 4) Contribuições ético-políticas da Psicologia para a consolidação da RAPS. Referente à formação profissional, os relatos apontam um expressivo descompasso entre os conteúdos das grades curriculares da graduação tradicional, de cunho eminentemente clínico-

individualista, e os desafios complexos colocados pelo SUS (DIMENSTEIN; MACEDO, 2012). Ante as lacunas da graduação, as(os) profissionais recorrem frequentemente a programas de pós-graduação e de Residência Multiprofissional em Saúde para reorientar a práxis clínica no território e sustentar processos de educação permanente. No cotidiano dos serviços substitutivos, as(os) psicólogas(os) priorizam o uso das chamadas tecnologias leves, como o acolhimento, a produção de vínculos significativos e a corresponsabilização (JORGE et al., 2011), materializadas em estratégias criativas e territorializadas, como os grupos de Ouvidores de Vozes, Gestão Autônoma da Medicação, acolhimento aberto e matriciamento. Contudo, o fazer profissional é cotidianamente atravessado por desafios estruturais e micropolíticos. A rede de saúde mental de Maringá foi caracterizada pelos participantes como uma "rede esburacada", marcada pelo isolamento técnico e por falhas graves de comunicação intersetorial que resultam na contínua transferência de responsabilidade e sobrecarga dos CAPS (SOARES; ASSIS, 2025). O trabalho também sofre pressões diretas da intensa judicialização do cuidado, em que instâncias judiciais impõem decisões compulsórias e metas burocráticas que invadem a autonomia técnica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022). Adicionalmente, a precarização estrutural expressa-se no sucateamento dos espaços físicos, ausência de insumos para oficinas e rotatividade de pessoal, forçando as equipes ao improviso cotidiano como prática de sobrevivência. Como consequência, constata-se a sobrecarga e o adoecimento psíquico dos trabalhadores, com relatos frequentes de estresse, cefaleia e necessidade do uso de psicofármacos. Contudo, os profissionais constroem estratégias de resistência cotidianas ao "manicômio mental" e à lógica medicalizante, afirmando a centralidade do sujeito de direitos e o compromisso social da profissão (AMARANTE, 2007).

CONCLUSÕES

O estudo evidencia que a atuação da(o) psicóloga(o) na RAPS de Maringá-PR constitui uma prática em constante construção, situada em um campo de intensas disputas políticas e paradigmáticas. Se, por um lado, as(os) profissionais demonstram engajamento ético-político e inventividade no uso de tecnologias leves para garantir direitos e promover o cuidado em liberdade, por outro lado, enfrentam barreiras severas que limitam a integralidade da atenção. Nesse sentido, a caracterização da RAPS como uma "rede esburacada" evidencia a dimensão da incompletude institucional das redes públicas de saúde, partindo do pressuposto de que nenhum serviço isoladamente responde à totalidade das necessidades dos usuários. Enfrentar esse esburacamento requer o fortalecimento de um trabalho intersetorial efetivo que articule a saúde com a assistência social, educação e direitos humanos, superando a lógica da simples transferência de responsabilidades e dos encaminhamentos às cegas. A efetivação da intersetorialidade é condição indispensável para assegurar a integralidade do cuidado e para mitigar as iniquidades em saúde que afetam as populações vulnerabilizadas. Portanto, a superação dos desafios formativos, a resistência à judicialização coercitiva e a

sustentação dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira não podem depender apenas do improviso dos trabalhadores. Para que o cuidado em liberdade se consolide plenamente como direito, faz-se indispensável o investimento público na infraestrutura dos serviços, a valorização das equipes e o suporte institucional contínuo, garantindo as condições de trabalho e a saúde mental daqueles que sustentam o fazer psicossocial cotidianamente.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Saúde Mental e atenção psicossocial.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).** Edição revisada. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-no-centro-de-atencao-psicossocial-caps/. Acesso em 06 mai. 2025.

DIMENSTEIN, M; MACEDO, J. P. Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão,** v. 32, n. spe, p. 232–245, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/BXcPMr75RPDQhwSBcZwwMwd/?lang=pt. Acesso em 05 jul. 2026.

JORGE, M. S. B et al. Promoção da Saúde Mental - Tecnologias do Cuidado: vínculo, acolhimento, co-responsabilização e autonomia. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2011, v. 16, n.7, p. 3051-3060. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/CMNBywFRDpPgjhFHBzxTqWH/?lang=pt. Acesso em 06 mai. 2026.

MACHADO, C. V. A Reforma Psiquiátrica Brasileira: caminhos e desafios. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe3, p. 5–8, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/syScLvQjfG4zzZhvFN7yGTh/. Acesso em 06 mai. 2026.

SOARES, N. D. M.; ASSIS, A. S. A atuação do psicólogo (a) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): revisão integrativa de literatura. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales,** v. 18, n. 12, p. 01-24, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/399270301_A_atuacao_do_psicologo_a_na_Rede_de_Atencao_Psicossocial_RAPS_revisao_integrativa_de_literatura. Acesso em 05 jul. 2026.